



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF PLAYING IN CHILDHOOD EDUCATION FROM AN INCLUSIVE PERSPECTIVE

Fabia Antonio da Silva Correa¹
Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade pensar a importância do brincar na educação infantil numa perspectiva inclusiva, uma vez que o brincar é a mola propulsora para a criança desenvolver, crescer e aprender, e assim é também com as crianças com deficiência, negras, indígenas e não brancas ou seja, toda criança considerada público inclusivo, pois esta criança seja qual for seu perfil, com deficiência, não brancas, a brincadeira é atividade que permitira que este sujeito se desenvolva de forma plena, significando e resignificando e aprimorando suas habilidades e competências. Assim o brincar para o público infantil deve ser atividade principal na educação infantil. O interesse por esta investigação surgiu ao observar as relações que as crianças estabelecem com crianças consideradas público inclusivo. Notei nos momentos da brincadeira da educação infantil certas dificuldades nas relações de crianças e o público inclusivo nas brincadeiras coletivas, em grupos. Alguns autores escolhidos como o artigo 31 do ECA, estatuto da criança e dos adolescentes menciona a importância do brincar para todas as crianças sendo elas consideradas com ou sem deficiência e também não brancas, como as crianças negras e indígenas.

Palavras chaves: Brincadeira. Inclusão. Preconceito.

ABSTRACT

¹ Acadêmica do Curso de Especialização em alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas na inclusão na diversidade cultural, UFMS, CPAQ, fabia.silvacorrea35@gmail.com

² Professora Orientadora, UFMS/CPAQ, pós doutora em Educação, fatima.cunha@ufms.br



This paper aims to consider the importance of play in early childhood education from an inclusive perspective, since play is the driving force for children to develop, grow and learn. This process also occurs with disabled children, black children, indigenous children and non-white children, that is, all children considered members of an inclusive audience. It is due to the fact that play is an activity that allows them to fully develop by signifying, resignifying and improving their skills and abilities. Thus, play should be the main activity for children in early childhood education. The interest in this research arose from observing the relationships that children establish with children considered inclusive audience. During playtime in early childhood education, certain difficulties were noticed in the relationships between children and the inclusive audience regarding group activities/collective play. The importance of playing for all children whether they are considered with or without disabilities, also non-white children, such as black and indigenous, is highlighted by Article 31 of the Statute of Children and Adolescents – ECA, used as part of our theoretical framework.

Keywords: Play. Inclusion. Prejudice.

1. INTRODUÇÃO

Como estudante do Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: perspectivas na inclusão na diversidade cultural, da UFMS, CPAQ, resolvi escolher o tema A importância do brincar na Educação Infantil numa perspectiva inclusiva. A escolha deste tema surgiu a partir de observações informais feitas na escola municipal de Educação Infantil Dalmo do Valle Nogueira, na cidade de São Paulo, SP, com crianças de 4 a 5 anos, na qual atuo como professora módulo³. Presenciei em sala e nos momentos do parque, quanto à brincadeira e ao brincar, crianças sendo excludentes e crianças sendo excluídas, em virtude delas não saberem lidar com o diferente de forma natural.

A exclusão realizada por uma pessoa tem como vertente forte o preconceito de julgar algo ou alguém sem conhecê-la antes. Como Cavallero (2023) define:

podemos entender o preconceito como um julgamento negativo, na maior parte das vezes, e prévio em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significativo. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apoia em uma experiência concreta[...] Preconceito, deste modo, envolvem aspectos emocionais e cognitivos. É o modo efetivo e categórico de funcionamento mental de quem inclui pré-julgamento rígido e julgamento errado dos grupos humanos. (Cavallero, 2023. p23).

O objetivo principal desta pesquisa é demonstrar como o brincar pode incluir crianças que fazem parte dos considerados excluídos na sociedade, de como essas crianças se sentem incluídas através da brincadeira, da ludicidade.

Como objetivos específicos, queremos definir o conceito de brincar pensando na inclusão;

³ Professor modulo é o conjunto de vagas composto, de um lado, por agrupamentos destinados à regência, e, de outro, por vagas no módulo sem regência, destinada ao suporte da ação educativa.



demonstrar os benefícios que a ludicidade e a brincadeira podem proporcionar para o desenvolvimento infantil, e, por consequência, construir parâmetros teóricos que orientarão minha prática profissional, a qual contribuirá com o trabalho do coletivo da unidade escolar em que atuo (professores, educadores, recreadores) sobre a importância do brincar e da inclusão.

A importância de se realizar esta pesquisa sobre o brincar na educação infantil partindo de uma perspectiva inclusiva consiste em que percebamos que o preconceito encontra-se manifesto em parte dos educandos nesta fase educacional. De outro lado, é importante observarmos que, para a criança com deficiência, criança negra, migrantes e outras que muitas vezes desejam se inserirem e participarem das atividades lúdicas, por medo de serem rejeitadas, ficam a parte das brincadeiras.

A metodologia aplicada neste trabalho partiu, a princípio, de observações informais na Escola Municipal de Educação Infantil Dalmo do Valle Nogueira, além de uma revisão bibliográfica sobre o brincar na educação infantil, na perspectiva inclusiva, pensando nas contribuições que o tema deste trabalho pode trazer para o público da educação inclusiva dentro e fora do espaço escolar.

A Escola Municipal de Educação Infantil Dalmo do Valle Nogueira está localizada no bairro do Vila Sônia, na Zona Oeste da capital Paulistana, na cidade de São Paulo. A unidade escolar foi inaugurada em junho de 1982, com o início das atividades no dia 3 de setembro de 1982.

O nome da escola leva o nome do Desembargador Dalmo do Valle Nogueira, que foi um advogado e jurista brasileiro, nascido em Barretos em 1916 e falecido em julho de 1982, no mesmo ano que a escola foi fundada.

Ao longo desses anos, a escola já atendeu várias gerações de famílias, incluindo filhos e netos da comunidade da Vila Sônia, Jardim Monte Kemel e Jardim Colombo

Atualmente, a escola atende cerca de 290 alunos que vieram de diferentes centros de Educação Infantil. A instituição possui um vínculo com a comunidade, pois muitos pais e até avós frequentaram a escola como alunos.

A proposta do trabalho pedagógico da EMEI Dalmo do Valle Nogueira tem como intenção fundamental desenvolver uma concepção de infância, de educação infantil e de escola que ofereça coesão, sentido e significado.

2. INFÂNCIA: O QUE SIGNIFICA SER CRIANÇA

Esta revisão de literatura oferece uma visão geral dos conceitos de criança, infância, educação infantil, inclusão, o brincar e a brincadeira e a sua importância numa perspectiva inclusiva. De início, de acordo com o Currículo da cidade, educação infantil, (2022) de São Paulo, documento



que norteia a educação infantil, o ser criança é conceituado como:

As crianças são sujeitos históricos e de direitos, que interagem, brincam, imaginam, fantasiam, desejam, aprendem, observam, experimentam, narram, questionam e constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade. (Currículo da cidade, educação infantil, 2022, p. 91).

Ademais, para verificar a concepção de criança na unidade escolar selecionada, recorreremos ao Projeto Político Pedagógico (Sem data) da Escola Municipal de Educação Infantil Dalmo do Valle Nogueira e nele encontramos a seguinte definição:

A concepção de criança de desenvolvimento infantil e de aprendizagem que orientam o trabalho pedagógico em nossa unidade escolar está fundamentada em vários documentos da Rede Municipal da PMSP, em especial o “Currículo integrador da Infância Paulistana”, à medida que “reconhece a infância como uma construção social e histórica em que bebês e crianças são sujeitos de direitos, autônomos, portadores e construtores de histórias e culturas, e produzem, em sua experiência com o meio e com outros, sua identidade (sua inteligência e sua personalidade). (Projeto Político da Escola, s/d.)

E de acordo com o Currículo da Cidade:

os bebês e crianças não são sujeitos passivos, que apenas incorporaram a cultura adulta e vivem em um mundo a parte. Ao contrário, crescem e se constituem como sujeitos nas relações sociais, ou seja, constituem as suas identidades como crianças e como membros desses grupos sociais, criando as suas culturas infantis, que são todas as manifestações que bebês e as crianças da educação infantil e do ensino fundamental expressam com as diferentes linguagens. (Currículo da cidade educação infantil, 2022, p.89).

Em consonância com estas definições, temos que na infância, primeira fase da vida de um ser humano, a criança vai experimentar as situações propostas de modo geral com menor medo, com menor receio do que lhe pode acontecer, já que para ela tudo se constitui em descoberta, em novidade, num processo em que o ser ativo e dotado de sentidos constrói sua identidade, sua cultura. E é neste contexto que sua curiosidade será estimulada a ir se manifestando e se expandindo, dando sentido ao outro e ao mundo.

Em tempos não tão remotos, a criança era considerada um adulto em miniatura, além de ser encarada como uma tabula rasa ou uma esponja que só tinha função de absorver o que lhe era ensinado. Com o passar dos últimos séculos, novas perspectivas se voltaram para este público junto com a necessidade de se educar esta criança para ser o adulto de amanhã.

2.1. O que é educação infantil



Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi, (2000, p. 345), “a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Desta forma, a educação infantil pode ser entendida como um segundo contato da criança com o mundo externo, no qual terá a oportunidade de sistematizar, complementar e receber apoio com relação a primeira educação que é a que se dá no seio familiar.

No âmbito institucional, apreendido o significado da educação infantil e sua finalidade, cabe pensar quais papéis, destinações apresenta este intercâmbio entre os universos familiar e social, representado pela escola. Para tanto, recorreremos novamente ao documento Currículo da Cidade do município de São Paulo, que cita o marco norteador do sistema de ensino brasileiro, a fim de que tenhamos bem claro as funções que a educação infantil deve exercer a fim de que consigamos efetivá-las:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil -DCNEI (Brasil 2010), em seu artigo sétimo, afirma que este nível educacional exerce uma tripla função na sociedade brasileira. A primeira é a função social do acolhimento dos bebês e das crianças no sentido de assumir a responsabilidade de cuidá-las e educá-la em sua integralidade no período em que estão na instituição complementando e compartilhando a ação da família/responsável. A segunda é a função política de promover a igualdade de oportunidades educacionais das crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso aos bens culturais e às possibilidades de vivências das infâncias. Em essência, isso significa contribuir para que bebês e crianças usufruam de seus direitos civis humanos e sociais exercendo o seu direito à participação e partilha do legado cultural material e imaterial. A terceira é a função pedagógica, pois a escola é um lugar privilegiado tanto para ampliação e diversificação de repertórios, saberes e conhecimentos de diferentes ordens, como para estabelecer o encontro e a convivência entre bebês, crianças e adultos, a fim de construir outras formas de sensibilidade e sociabilidade que constituam subjetividades comprometidas com a ludicidade, educação inclusiva, a democracia, sustentabilidade do planeta, o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística, religiosa. (Currículo da cidade de educação infantil, 2022, p 21).

Essas três funções mencionam a importância do sujeito, dentro e fora do ambiente escolar, se sentir acolhido, valorizado, considerado e aceito na sua individualidade, no lugar que ele ocupa dentro da escola, e indo além, a escola como um lugar de encontro do e com o que é diferente. Assim, a instituição de ensino precisa se escutar e escutar toda a diversidade de crianças que ela abraça, promovendo a inclusão, conceito importante para dar conta de toda uma história de exclusão que não só passou pela educação, mas por vários setores do Estado (saúde, trabalho, e outros). Neste sentido, o conceito de inclusão que Sasaki menciona, explora como a sociedade se adapta para incluir:



Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais e gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir soluções efetivar a equiparação de oportunidades para todos. [...]. A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meio de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência. (Sassaki, 2010. p.39 e 40)

A fim de efetivar com qualidade a transformação de paradigma de acolhida e de equalização de oportunidades de aprendizagem para todos os grupos étnicos e classes sociais, a escola precisa ressignificar e superar o que, em tempos remotos, constitui-se como discurso e prática de que pessoas com deficiência, negros e indígenas e outros povos não brancos possuiriam inteligência limitada ou nenhuma inteligência. Neste processo gradual de empoderamento das populações excluídas incluindo o ambiente escolar, muitas teorias, como o racismo científico e a teoria da inteligência única, dentre outras, foram derrubadas por novas pesquisas que comprovam que todos os seres humanos possuem múltiplas inteligências independentes da sua etnia ou raça.

A força das demandas por inclusão, com ênfase no aspecto social e educacional, foi e está sendo importante para proporcionar, garantir e obrigar que grupos excluídos (pessoa com deficiência, negros, indígenas e não brancos) e que não são reconhecidos como hegemônicos, sejam acolhidos, respeitados e valorizados pela sua contribuição histórica na construção de um mundo melhor, almejando-se que seus direitos e deveres possam ser garantidos. Nesse sentido, Santos e Paulino, 2008, definem inclusão como: “um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena[...] de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre qual ele tem deveres” (Santos e Paulino, 2008, p.81).

A educação inclusiva é uma modalidade da educação e, de acordo com o Currículo da Cidade, esta proporciona:

A educação inclusiva pressupõe que todos possam ter experiências de aprendizagem de acordo com suas potencialidades, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades e na equidade, independentemente de suas condições socioeconômicas, física, intelectuais, de gênero, étnico raciais, de idade, religiosas, ou por haver nascido em um território diferenciado dos demais. (Currículo da cidade, 2022. P. 64).

Uma das maneiras pelas quais a educação inclusiva ganhou consistência na rede de ensino deu-se com a divulgação da teoria das inteligências múltiplas, cujo cerne consiste na comprovação



de que o indivíduo pode possuir várias inteligências e que qualquer sujeito pode aprender independente do seu fenótipo, ou seja, não é a cor da pele ou a deficiência cognitiva que vai impedir que o aluno aprenda.

Sasaki (2010) comenta na sua obra as primeiras sete inteligências identificadas e depois o surgimento de mais sete inteligências.

No início da década de 80, uma teoria da inteligência única começou a ser cientificamente questionada. Em seu lugar surgiu a teoria das inteligências múltiplas, tendo sido identificadas 7 nas primeiras pesquisas, incluindo aquela que corresponde à antiga inteligência única, ou seja, a inteligência lógico matemática, também conhecida como inteligência racional.

Recentemente, a esse total de 7 inteligências, foi acrescentada a inteligência naturalista:

LÓGICO MATEMÁTICA: habilidade de usar raciocínio e números efetivamente.

VERBAL LINGUÍSTICA: habilidade no uso da palavra oral e ou escrita.

CORPORAL CINESTÉSICA: habilidade no uso do corpo todo para expressar ideias e sentimentos.

MUSICAL: habilidade para ritmo melodia, Harmonia e tom da música.

INTERPESSOAL: habilidade de perceber e compreender o interior de outras pessoas.

INTRAPESSOAL: habilidade de perceber e compreender o interior de si mesmo.

VISUOESPACIAL: habilidade para perceber e usar o mundo visual e espacialmente.

NATURALISTA: habilidade de reconhecer e usar produtivamente a fauna e a flora.

ESPIRITUALISTA/EXISTENCIALISTA: habilidade de fazer as perguntas fundamentais sobre o significado da vida, da existência humana e de entrar em contato com Deus.

PICTOGRÁFICA: habilidade de entender e expressar ideias e sentimentos por meio de desenhos.

POLÍTICA: habilidade de entender e praticar conceitos e valores de cidadania.

ÉTICA/MORAL: habilidade de discernir os aspectos éticos e Morais da conduta moral e agir de acordo com a verdade e a bondade. (Sasaki, 2010. p 133 e 134).

Neste sentido, como citado, encontramos dentre as classificações a inteligência corporal cinestésica, intrapessoal, interpessoal e espiritualista/existencialista. Estas inteligências podem ser afetadas em indivíduos alvos de atos racistas, preconceituosos e discriminatórios, retirando-lhes o direito de sentirem-se pertencentes à sociedade na qual vivem, trazendo consequências traumáticas, que culminam desde ansiedade até suicídio.

Neste contexto, os estudos sobre inteligências múltiplas, assim como a neurociência e educação são significativos e muito relevantes para o ambiente escolar, já que a escola é diversa no sentido étnico racial, além de receber pessoas com deficiência e, portanto, requer de seus atores o preparo com tal arcabouço teórico, adaptando-se segundo as premissas inclusivas mencionadas. Por esta razão Sasaki, aponta:

Na escola inclusiva, porém, tal situação não ocorre por uma simples razão:



professores e alunos sabem que ali se utiliza a teoria das inteligências múltiplas. Todos os alunos iniciam a escolaridade sabendo quais das 12 inteligências são as mais desenvolvidas em cada um. Todos os alunos estudam fazendo uso de suas melhores inteligências tanto na sala de aula como fora dela. (Sasaki, 2010. p.132)

A importância de uma educação para além da inclusão vai de encontro com uma educação de qualidade e holística, que tem por objetivo educar para a diversidade, respeitando, valorizando, acolhendo todas as culturas, identidades, crenças e costumes dentro do ambiente escolar, proporcionando a qualidade na educação que Sasaki define: “a educação de qualidade é aquela que atende às necessidades de cada aluno, respeita o estilo de aprendizagem de cada aluno, propicia condições para o atingimento dos objetivos individuais e utiliza os potenciais de inteligências de cada aluno”. (Sasaki, 2010. p.135).

3. EXCLUSÃO COM BASE NO PRECONCEITO.

Por trás do ato de excluir tem sempre uma ideia pré conceituada, de superioridade, sem conhecimento prévio real do ser com o qual se interage e que leva a pessoa a essa pratica. Se exclui pela cor da pele, pela deficiência, por status economicos e sociais, por ideologias e muitos outros aspectos e formas.

No interior da escola, ações preconceituosas ainda são praticadas com bastante frequência envolvendo a todos e a escola de educação infantil não está imune a esses atos, pois as crianças também estão envolvidas nestas práticas. Como prova empírica dessas circunstâncias, a autora Cavallero presenciou em sua investigação o preconceito nas relações das crianças:

O preconceito e a discriminação aparecem como uma poderosa arma nos momentos de disputas, capazes de paralisar sua vítima. [...] No parque, aproximo-me de um grupo que brinca. De repente, inicia um tumulto. Shirley negra chega perto de Fábio branco, o xinga de besta, ele revida. Leticia branca passa a participar da discussão, com vários xingamentos. Leticia e Catarina negra, até então brincando juntas, principiam a se xingar também. Catarina diz a Leticia: “Fedorenta”, e esta responde: “Fedorenta é você”. Catarina, então, diz: “É você, tá!”. Leticia responde: “Eu não; eu sou branca, você é que é preta!” Catarina fica paralisada e não diz mais nada. Até então virada de frente para Leticia, dá-lhe as costas e começa a xingar Fabio. Catarina, segundos depois, defere-lhe um golpe na cabeça. O menino chora. A professora, percebendo a confusão, se aproxima do grupo e adverte a menina Catarina, que mais uma vez ouvi tudo calada. Silêncio, seguido de reação violenta. Em outro momento, ainda, a menina Silva (negra) brinca com sua amiga Mayara (negra). A primeira tem uma boneca branca nas mãos. A segunda, uma boneca preta. Pergunto: “Essa boneca preta é sua?”. Ela, com muita ironia, responde: “Nem de nega eu gosto!”. A outra não diz nada. (Cavallero, 2023. p.53).



O que se verifica no parque infantil observado é nada mais que uma pequena reprodução da própria história do negro em nosso país. Impotente diante da pressão racista, ele parte para violência e, conseqüentemente, é penalizado. Isso transforma-se em estigma.

A negligência, imperícia e a omissão por parte de educadores em situações preconceituosas e racistas também é citada na sua obra:

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado ao das crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de reproduzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essa estratégia como triunfo em qualquer situação de conflito. (Cavallero, 2023, p. 54).

Na escola em que trabalho, realizei observações informais no momento da brincadeiras entre as crianças quanto aos relacionamentos entre elas e presenciei situações condizentes com as apontadas na pesquisa de Cavallero. Seguem os relatos.

Situação 1

Em uma das salas da escola percebi, havia um grupo de seis meninas na faixa etária de cinco a seis anos. Uma das meninas, que vou chamá-la de R (negra) falou para M (branca): “Nossa, como seu cabelo é liso, bem lisinho... Queria que o meu cabelo fosse de assim.” E as outras meninas observavam atentamente. Outra menina que vou chamar de V (negra) falou com receio de receber represália: “todos cabelos são bonitos”. E R disse que “Não era não, que o mais bonito dos cabelos era o de M, que era liso e loiro”. Nesta hora intervi e perguntei para R “Como assim? só o cabelo de M era bonito? E o meu cabelo o que achava dele?”. R ficou sem resposta. Então, falei que todos os cabelos são diferentes e não existe cabelos feio.

Nesta situação, percebi que R não gostava muito de brincar com as meninas com pele escura de sua sala, dado que, apesar de ter a pele mais clara (parda), depreciava a própria cor e o seu cabelo, me levando a pensar que tinha uma baixa auto estima.

Situação 2

Em uma outra situação, no parque, no momento de brincar de certa turma, acompanhando as crianças e as observando todas elas ali, veio uma criança de 4 anos, uma menina branca de cabelo liso ondulado e me perguntou: “Porque eu era dessa cor: preta”. A pergunta me pegou de surpresa, fiquei desconcertada e depois de pensar um pouco, resolvi levá-la até um professor negro, e disse a ele, que ela tinha perguntado porque eu era preta, ai então falei para ela que ele ia responder porque eu era preta.

A reflexão sobre esta segunda situação permitiu-me pensar como os conceitos hegemônicos e eurocêtricos estão arraigados na sociedade brasileira, que se reproduzem em crianças pequenas e



mesmo que inconscientemente em virtude do exemplo e imposição do que elas notam das relações dos adultos. A pergunta da menina de 4 anos direcionada a mim, me levou para um lugar de não pertencimento a um povo, e de culpa.

Minha experiência como aluna negra e periférica da educação infantil e fundamental a quatro décadas, cujas marcas emocionais advindas do racismo estrutural são indelévels e exigem atento trabalho de ressignificação, e o atual período como docente da rede pública do ensino infantil reverberam muito da análise de Cavallero:

Naquele local (parques), elas têm a liberdade de escolher seus parceiros e decidir quanto tempo permaneceram brincando com eles. Distante da professora, elas podem dizer o que bem entendem.

Assim, nesse cenário, algumas falas explicitamente preconceituosas foram ouvidas nos momentos em que algo era disputado: poder, espaço físico ou companhia. Isso levou-me a pensar que a sua ocorrência é mais comum nos momentos em que se deseja vencer o outro que, até o momento, participava do grupo.

O preconceito e a discriminação aparecem como uma poderosa arma nos momentos de disputa, capazes de silenciar sua vítima. (Cavallero, 2023, p. 53).

Partindo da própria história de vida e desses relatos, percebo como os estereótipos tem força para submeter, diminuir, subestimar, inferiorizar o outro com característica diferente da hegemonia branca imposta pelo eurocentrismo e por teorias deturpadas. Para compreensão do que é estereótipo, Cavallero assim o define:

Os estereótipos característicos da própria cultura são fios condutores para a propagação do preconceito. Podemos dizer que eles têm a função de simplificar problemas. Eles evitam a necessidade de se pensar sobre os efeitos das condições sociais, que contribuem para o desajustamento e exclusão de alguns. Os estereótipos impedem a reflexão sobre o mundo real; seus conteúdos são mecanismos sociais que visam manter o *status quo* de um determinado segmento social.[...] Os estereótipos, por sua vez, dão origem ao estigma que, imputado ao indivíduo negro, dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social, impondo-lhe a característica de desacreditado. Essa “marca” na relação social faz recair sobre o negro um olhar preconcebido, impedindo ao observador perceber a totalidade de seus atributos[...]. Por conta do estigma, a sociedade (por meio de seus indivíduos) trata o estigmatizado de diversas formas discriminatórias que reduzem significativamente suas chances de vida. (Cavalleiro, 2023, p.24).

Por certo, a socialização na infância também se dá pelo ato de brincar. Porém, se o indivíduo é estigmatizado pelo preconceito e discriminação, no momento que esta brincadeira acontece, a criança passa a se apropriar dos conteúdos presentes na interação com o olhar do ponto de vista dos ditos “normais” mencionado por Cavalleiro acerca do estigma:

Goffman destaca duas fases importantes no processo de socialização de uma pessoa estigmatizada: em primeiro lugar, ela aprende a incorporar o ponto de vista dos “normais”, assumindo também as crenças da sociedade em relação à identidade. Inicialmente, adquire também uma ideia do significado de possuir um estigma.



(Cavalleiro, 2023, p.25).

No contexto de exclusão simbólica e sócio-afetiva de estigmatizados segmentos sociais no âmbito escolar, a identidade, crenças, cultura e valores que as crianças destas parcelas portam estão em jogo, pois tudo que fazia e faz parte do mundo delas foi desrespeitado, desvalorizado de modo sutil ou explícito com muita violência psicológica e verbal. E para ser aceita, esta pessoa tenta apagar tudo nela que não agrada o outro pra viver uma identidade que não lhe pertence.

4. BRINCAR: O QUE É E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA.

A brincadeira e ou brincar como ato de socialização e aperfeiçoamento das inteligências múltiplas é essencial para o desenvolvimento e crescimento saudável da criança. Quando isto lhe é tirado por qualquer motivo, pode acarretar sérios danos para a vida deste indivíduo. Deste modo, é importante conceituar o brincar, de acordo com Rau (2020):

O brincar é visto sob diversas óticas nos campos de conhecimento e é abordado no campo da filosofia como um instrumento de contraposição à racionalidade. As novas tendências sociais e culturais destacam que a emoção possibilita o equilíbrio necessário à formação humana, mas a ludicidade, compreendida como um modo de subjetividade, dos sentimentos e da afetividade, deverá estar associada às ações humanas, bem como à emoção e à razão. A sociologia da infância considera o brincar como forma de inclusão da criança na sociedade. Por meio da brincadeira e do brinquedo a criança assimila e produz conhecimentos ligados a regras, aos costumes, aos valores, à ética e à sociedade. Já a psicologia aponta que o brincar faz parte de todo o processo de desenvolvimento das crianças e dos jovens, nas diversas formas de expressão e de comportamentos. As motivações, as emoções, as interações com outros pares, as famílias e a sociedade estão relacionadas aos resultados do brincar, pois brincado os educandos demonstram suas vivências e a que valores estão submetidos. (Rau, 2020. pg. 27)

A experiência proporcionada pelo brincar é necessária para a criança, tanto individualmente como para sociedade futura. Como menciona Brock, Dodds, Jarvis: “a brincadeira é uma experiência flexível e autodirecionada, que serve tanto para as necessidades de uma criança individualmente como para a sociedade futura na qual ela viverá na vida adulta.” (Avril Brock, Sylvia Dodds, Pam Jarvis, 2011, p. 25)

O brincar e ou brincadeira são atos praticados pelas crianças como uma das maneiras de estar no mundo, pois a criança conhece o seu mundo pelo lúdico, pelo ato de brincar. Brincar é necessário para infância por ser uma experiência em que se alegra, se liberta, se conhece, se imagina, cria e convive, como menciona Ipabrazil:



O brincar das crianças é um comportamento, atividades ou processo iniciado, controlado e estruturado pelas próprias crianças e acontece sempre e onde quer que as oportunidades apareçam. Brincar por si mesmo é não compulsório, conduzido por motivação intrínseca e desenvolvido por seu próprio interesse, mais do que um fim em si mesmo. (Ipabrazil, 2015, p.8)

O brincar pela ótica do simbolismo tem como via a imaginação, a criação que possibilita a criança apreender o mundo dos adultos, ajudando-as a compreender as regras. Para Silva, Pines Junior, o que é próprio ao brincar consiste em:

O brincar é caracterizado como ato de diversão, apresentando enorme dimensão simbólica e a existência de regras simples, sendo fundamental, em potencial, para o desenvolvimento integral das crianças a partir do seu nascimento. (Silva, Pines Junior, 2017).

O jogo simbólico e o faz de conta realizam-se no brincar ou na brincadeira da criança, dando a possibilidade de enxergar o mundo a partir da sua própria ótica. Nestes processos, ela aprende, constrói, formula hipóteses que a ajudam a entender o mundo e estar nele como sujeito. De acordo com Antonio e Tavares:

O jogo simbólico é uma experiência de sensibilidade: de leitura nas entrelinhas, de escutar o entredito, o não dito e o por dizer. Exercício de sensibilidade multissêmica, o símbolo desperta e desenvolve a capacidade de reconhecer múltiplos sentidos.

Carregado de carga afetiva, carregado de emoções, o símbolo possui intensa força evocativa, que nos chama a viver: tanto nos levando a presença do que é simbolizado, como trazendo o simbolizado até nós, representa ficado no lugar da nossa vida agora. Assim diminui, por instantes, a distância entre a coisa e o signo, entre o corpo e o signo, entre o corpo e a coisa, entre o que desejamos dizer e o que dizemos. Com símbolos, redescobrimos fios que nos ligam a nós mesmos e aos outros. (Antonio e Tavares, 2020, Pág. 113)

Ainda a partir dos mesmos autores, cabe ressaltar o papel da repetição e do faz de conta no brincar das crianças:

Como fazer de novo, as crianças aprendem ritualmente: elas recomeçam e repetem as brincadeiras e as histórias, muitas vezes. Com a repetição apreendem ritmos, incorporam ciclo, e assim sentem-se mais seguras por experienciar a continuidade dos movimentos, por projetar o conhecido no desconhecido, por vivenciar que as brincadeiras e as histórias não são aleatórias. Isso acalma a insegurança as incertezas, assim como o medo das ausências e das perdas.

Com o fazer de conta as crianças apreendem o mundo por imitação – de si mesmas, dos adultos, dos bichos e das plantas, até dos objetos – ; essa imitação é atividade criadora, e não uma cópia como imagem refletida no espelho. Pressupõem elaboração, ao mesmo tempo interpretativa e expressiva. Essa construção, que envolve conhecimento imaginação, revela-se nas brincadeiras miméticas.

O fazer de conta é uma espécie de mimese, uma imitação criativa, uma recriação, não uma reprodução mecânica. Com a atividade mimética, como fazer de conta, as crianças recriam imaginariamente a vida, a partir das semelhanças, brincam de transformações e de transformarem -se, jogam com as representações simbólicas,



descobre e inventam metáforas, constrói e vivenciam múltiplas metamorfoses. (Antonio e Tavares, 2020. P. 74 e75).

Portanto, a importância do brincar assistido por adultos discernidos e atentos quanto ao que está na entrelinhas das falas das crianças proporcionará o crescimento e desenvolvimento sadio do ser, o qual será beneficiado por toda sua vida, tornando-se um adulto mais pleno e feliz.

Assim Ipabrazil conclui:

Adequado para a idade da criança: a convenção (Dos Direitos da Criança, Artigo 31) enfatiza a importância de oportunidades adequadas para o desenvolvimento das capacidades da criança. No que diz respeito ao brincar e a recreação, a idade da criança deve ser levada em conta na determinação de: suficiente tempo livre oferecido, natureza dos espaços e ambientes disponíveis para as crianças; formas de estimulação e diversidade e o grau necessário de supervisão adulta e engajamento, para assegurar que as crianças estejam devidamente protegidas dos riscos, enquanto exercem os seus direitos para o brincar e a recreação. (Ipabrazil, 2015, p.16)
[...] É imprescindível que os adultos, principalmente as famílias, entendam a importância do brincar e de propiciar espaços de convivência e aprendizagem inclusivos, ou seja, aqueles espaços onde crianças com e sem deficiência possam brincar e interagir. Estes incluem a escola e os espaços informais onde se formam as amizades. É preciso atuar para eliminar os estereótipos negativos que são hostis e rejeitam as crianças e prover acessibilidade em todos os locais frequentados por elas. (Ipabrazil, 2015, p.18).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar saudável é de suma importância para que a criança aprenda consigo, com outro e com o que está a sua volta. Os autores citados neste trabalho nos revelam que a fase da infância traz em seu bojo crianças ativas, criadoras de culturas, propensas a uma janela de oportunidades para serem a si, os outros, as coisas e o mundo no qual estão inseridas.

Como vimos, a terceira função da educação infantil, centrada na desconstrução de mecanismos de opressão (seja do adulto em relação à criança – adultismo – , ou da reprodução das desigualdades e preconceitos vigentes no universo adulto), de inferiorização ou de contenção da subjetividade e dos diversos formatos de expressão das distintas inteligências têm como caminhos férteis os jogos simbólicos e o faz de conta.

O lúdico manifesto na brincadeira e a observação/mediação/participação de educadores preparados possibilita a flexibilização, a suspensão e a transformação de conteúdos erigidos das interações e do imaginário social, permite no transcorrer de jogos simbólicos e do faz de conta percepções e elaborações diversas que permeiam o mundo da criança, fazendo com que ela aprenda a conhecer-se, a conviver e a respeitar.



Neste sentido, vale ressaltar o alerta trazido por Cavallero a respeito da importância de se olhar para a brincadeira das crianças, pois se percebe, mesmo, tratando-se de indivíduos na faixa dos quatro e cinco anos, a existência da exclusão por estereótipos (principalmente do negro, e crianças não brancas e crianças com deficiência) construídos pela sociedade. É imprescindível que os educadores, assim com toda a equipe escolar, estejam atentas às brincadeiras das crianças para que a atividade de brincar seja descontraída, sem falas que firam, inibam, constringam, paralisem o outro que está ali com o mesmo propósito lúdico de viver a infância.

Na escola percebi que ser diferente é uma vertente que tem que ser ainda muito trabalhada e esse processo reflexivo precisa começar na educação infantil, pois no recinto escolar da EMEI Dalmo do Valle Nogueira, no ato do brincar há muitas situações em que uma criança não quer brincar com a outra pelo seu fenótipo ou pela deficiência.

Foi importantíssimo estudar e refletir sobre estas questões, pois há mitos que dizem que na educação infantil não existem preconceito, racismo e discriminação.

Os resultados que obtive por meio desta pesquisa foi demonstrar por meio das bibliografias revisitadas a comprovação de que existe preconceito, racismo e discriminação na educação infantil.

As crianças, ainda que de modo inconsciente, mas já com formas de pensar e agir interiorizados da sociedade em que vivem, excluem com base na deficiência e na cor de pele e outros preconceitos.

6. REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Severino. TAVARES, Katia. **O Voo dos que ensina me aprendem: Uma escuta poética.** São Paulo. Passarinho, 2020.

CAVALLERO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar. racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo. Contexto. 6 edição.2023

Currículo da Cidade **Educação Infantil.** São Paulo. 2 edição. 2022.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **Educação especial: eu também quero brincar!** Curitiba, PR: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 maio 2024.

SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Global,2008.

KALLÓ, Éva. BALOG, Gyorgyi. **As origens do brincar livre.** São Paulo. Omnisciência, 2021, 2 ed.



Marlene V. Lorenzini, **Brincando a Brincadeira com a Criança Deficiente: Novos Rumos Terapêuticos.** São Paulo; Manole, 2002. Em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520449868/pageid/5> acesso 26/05/2024.

Avril Brock; Sylvia Dodds; Pam Jarvis; **Brincar: Aprendizagem para a vida.** Penso. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Tiago Aquino da Costa e; PINES JUNIOR, Alipio Rodrigues. **Jogos e brincadeiras.** 1. ed. São Paulo: Vozes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 maio 2024.

ANDRADE, Ariane. SERENO, Carlos. LASI, Eliana Tarzia. LISBOA, Fabio. NACKED, Ivani. REGEN, Mina. **Artigo 31 da Convenção dos direitos da Criança: o desenvolvimento infantil e o direito de brincar.**